

# Filippi acredita que história vai reunificar região via Consórcio

## Filippi diz que 'história' trará S. Bernardo e S. Caetano de volta para o Consórcio

Prefeito de Diadema e vice-presidente do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, José de Filippi Junior (PT) destaca a necessidade de os sete municípios estarem integrados ao colegiado. Segundo ele, a "história" fará com

que São Bernardo e São Caetano retornem ao grupo. Principalmente para que não corram risco de serem preteridos no envio de verbas federais ou estaduais. Para ele, a saída da dupla foi "uma decisão muito emocional, muito

passional" dos prefeitos Orlando Morando (PSDB) e José Aurélio Júnior (PSDB). Filippi espera que essa divergência seja superada e que o colegiado volte a ter as sete cidades.



# Filippi acredita que história vai reunificar região via Consórcio

EVALDO NOVELLI  
evonovelli@g1.com.br

São duas as preocupações de momento do prefeito de Diadema, José de Filippi Junior (PT). Uma delas é esperar os obstáculos que impedem a administração de captar empréstimos que qualifiquem a to-

car obra de seu plano de governo, especialmente na área da saúde, dentro e fora da unidade do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, abolido com a decisão de Orlando Morando (PSDB) e José Aurélio Júnior (PSDB), respectivamente, chefes do Executivo de São Bernardo e São Caetano, de abandonarem a entidade. O peitista acha que os

colegas agiram movidos pela emoção e pela paixão. "A história vai fazer com que esses dois municípios voltem para o Consórcio. No momento, estamos vivendo uma situação ruim, de desarticulação", conjectura o diademense. Recuperado de cirurgia para a troca de vilalva no coração, e subseqüente infecção, Filippi conversou com o Diário



Lamento o decisão dos dois prefeitos, de São Caetano e São Bernardo, que se retiraram do Consórcio. Foi decisão emocional, muito passional



É importante ter a interlocução entre nós, prefeitos. A regionalidade é o caminho de todas as áreas metropolitanas, o de ter uma governança regional



Estou comprando camisa para entrar na torcida organizada pelo 'Baita Juro'. Vou lá bater bambão. Se a economia voltar a crescer, todos vão se beneficiar

Diadema segue sendo uma das cidades mais densamente povoadas do Brasil, segundo o Censo. Como ensinar tamanha demanda social a um orçamento cada vez mais enxuto? Já faz 20 anos que Diadema é a primeira ou a segunda cidade do Brasil com maior densidade populacional. Esse dado mostra a importância de aperfeiçoar as políticas públicas que desenvolvemos. E há outro dado que precisa ser acrescentado: além de possuir 13 mil habitantes por quilômetro quadrado, quase metade das famílias tem renda de dois salários mínimos para baixo. É preciso fazer com que o cidadão tenha a capacidade de, com renda própria, consumir o dia a dia com independência, sem onerar o setor público.

Como fazer para que o cidadão tenha renda melhor de modo a não depender tanto do poder público? Sessenta e dois por cento do nosso orçamento vão para saúde e educação. A receita do Diadema está comprometida. Estamos retornando a capacidade financeira e também tornando para o ambiente econômico do Brasil ajudar e, com isso, que o País saiba repartir melhor e equilibrar investimentos.

Como retomar a capacidade financeira do município diante de uma sociedade totalmente refratária ao aumento de impostos? Primeira coisa: estou comprando uma camisa para entrar na torcida organizada pelo 'Baita Juro'. Vou lá bater bambão. Se a economia voltar a crescer, todos vão se beneficiar. O detentor do capital, os fundos de investimento, os bancos, as incorporadoras, as grandes empresas e a indústria vão ter mais lucro, corajagem, incentivo e racionalidade para investir. Se o Juro tem, então, multa e espírito capitalista. Como a principal receita de Diadema, e do Grande ABC, é o ICMS, que vem da atividade econômica, estou otimista e torcendo muito para que isso aconteça.

O ponto são os juros baixos? Estamos estruturando financiamentos

na Prefeitura para que ela não só tenha mais força econômica, mas que também possa voltar a ter crédito. Diadema, pela regra de endividamento dos municípios, poderia buscar até R\$ 750 milhões. Hoje a Prefeitura tem dois bloqueios que impedem o acesso ao crédito: o CRP, Certificado de Regularidade Previdenciária, e o Capaz, a capacidade de pagamento. Essa é regra da Constituição que diz que um ente público não pode ter custos acima de 95% da receita. Sabe com quanto recebemos (a administração)? Certo e dez por cento. No primeiro ano, derrubamos para 96%. Mas esse é um jeito burro de avaliar a gestão, na minha opinião, porque se faz uma média dos últimos três anos. Os meus 96% de 2021 são, na verdade, 87%. Mas, na média, de 110% para 87%, fica em 96%. Então quer dizer que não reconhecem o meu esforço?

O sr. pode explicar em que pé está a questão do rombo na Previdência? Pagamos o Instituto de Previdência com situação muito grave. O fundo de reserva, se o governo passado tivesse cumprido a sua obrigação, estaria com mais de R\$ 600 milhões. Recebi com R\$ 270 milhões. (Um déficit de) R\$ 330 milhões por ano. Não fazemos a receita crescer como deveria. Acabaram financiando o custo da Prefeitura com o calote na Previdência. Para obter crédito, a regra diz que não pode ter déficit mensal na conta da Previdência. Não consigo. Estamos trabalhando. Salimos de R\$ 120 milhões para R\$ 19 milhões em 2021 e quase R\$ 60 milhões no ano passado. Neste ano, a projeção é de R\$ 30 milhões ou R\$ 40 milhões, para daqui um a dois anos chegarmos a zero. Quase metade dos municípios do Brasil tem Previdência própria - desses, 20% estão em situação difícil como a nossa. Estamos propondo ao secretário do Tesouro Nacional (Rodrigo Góes) uma flexibilização da exigência de ter zerado o déficit anual com a Previdência para obter crédito. Até porque, com acesso ao crédito, vamos ter mais força financeira para equacionar o déficit.

Estamos entrando no segundo semestre do terceiro ano de sua gestão. Qual a grande aposta administrativa para o último ano e meio de gestão? Saúde, educação, segurança, habitação, cultura, esportes, transporte e segurança alimentar. São ações políticas de bem-estar social. Saúde é nossa principal destinação de recursos. As pessoas perguntam: por que precisa de crédito? Porque vamos preparar três UPAs (Unidades de Pronto Atendimento). Diadema não tem nenhuma UPA inaugurada em 2011. Foi fechada em 2015, há oito anos! Por isso a cidade não está habilitada a receber recursos do Ministério da Saúde. Vamos abrir três: A UPA Central, que vai ser ao lado do Quilatório da Saúde, com cerca de 60 leitos, será a principal referência em urgência e emergência. A UPA da região Norte, que terá 22 leitos com possibilidade de as pessoas ficarem em observação por 72 horas, para resolver seus problemas e não onerarem leitos hospitalares. E a UPA da região Sul, com 20 leitos. Vamos investir perto de R\$ 30 milhões nas UPAs. E vamos construir o Hospital Municipal. O projeto, que durou um ano e meio, prevê quase 26 mil metros quadrados, um prédio de 12 pavimentos que vai ser construído ali no Povo Municipal, uma área nobre, no Centro da cidade e ao lado do corredor de transporte e do (Dado?) Imigrantes, com acesso melhor a todos os moradores da cidade. Para construir, serão três ou quatro anos.

O sr. enfrentou problema de saúde grave, mas dá para se ver que está plenamente recuperado. É candidato à reeleição em 2024? Se depende da saúde, sou candidato sim. Mas é que, para ser candidato, a saúde é uma condição necessária, mas não suficiente. É preciso ter apoio político. Sinto que tenho apoio político. Tenho conversado com os vereadores. Primeiro que o governo está com uma avaliação muito melhor do que estava há um ano. Tenho algumas propostas, inclusive de voto, e a eleição (de 2022). Entre quem votou, 60% votaram no Lula no segundo turno. Nossos candidatos

a deputado estadual e federal tiveram o dobro dos (votos de) outros candidatos da cidade. Os candidatos foram rejeitados. Um (Mário da Formosa) tinha mandado, perdeu. Isso mostra que a cidade se manifestou abertamente, na minha opinião, mostrando muito mais sinais de aprovação do nosso mandato do que nós. Vamos crescer ainda mais, o governo vai se fortalecer. Acho que é condição política para estruturar conjuntos de forças para enfrentar a eleição. Vamos falar um pouco de regionalidade. Como o sr. vê a perda de unidade do Consórcio? Lamento a decisão dos dois prefeitos, de São Caetano e São Bernardo, que se retiraram do Consórcio. Foi uma decisão, na minha opinião, muito emocional, muito passional, em função de uma avaliação que fizeram durante 15 dias e no momento da votação, em que escolhemos o (prefeito de Mauá) Marcelo Oliveira para ser nosso presidente, e a história vai mostrar que a decisão deles está errada. A história vai fazer com que esses dois municípios voltem para o Consórcio. No momento, estamos vivendo uma situação ruim, de desarticulação. Era muito melhor estarem os sete municípios juntos. Vamos ver agora como vai ser com o governo federal. Se tiver incentivo para o PAC Regional, vai ser de bom tamanho no Consórcio.

O que pode prejudicar quem estiver fora... Pode prejudicar quem estiver de fora. Como vai ser (destinado) o recurso para São Bernardo e São Caetano? Espero que superem esta divergência e voltem. O governo do Estado e o prefeito de São Paulo (Ricardo Nunes, MDB) estão chamando uma reunião na região metropolitana, ou seja, valorizando os consórcios já existentes, com a presença do governador Tarciso de Freitas (Republicano) para falar da região metropolitana. Espero que eles reconsiderem. É importante ter a interlocução entre nós, prefeitos. A regionalidade é o caminho de todas as áreas metropolitanas, o de ter uma governança regional.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 4